

# REPENSAR A EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE A PARTIR DAS TEORIAS AFRICANAS PÓS-COLONIAIS: A PERSPECTIVA DE JULIUS NYERERE (1967)

Siragy Abílio Siteo<sup>1</sup>

## Resumo

O presente estudo analisa a possibilidade de se repensar a educação em Moçambique, a partir das teorias africanas pós-coloniais proposta pelo Julius Nyerere (1967). A reflexão de estudo parte-se da seguinte pergunta: *Como as teorias africanas pós-coloniais, em particular a proposta de Nyerere, podem ser adaptadas à realidade educacional de Moçambique para promover uma educação contextualizada, emancipatória e culturalmente relevante?* O estudo explora conceitos como contextualização do ensino, valorização da cultura local, integração escola-comunidade e educação para a autossuficiência podem dialogar com a realidade educacional moçambicana. Com base numa abordagem qualitativa, servindo-se de referências teóricas e documental; como Freire (2011), Mondlane (1995) e outros autores clássicos e contemporâneas, identifica-se desafios estruturais, como a persistência do eurocentrismo, a escassez de recursos e a necessidade de formação docente adequada. Simultaneamente, evidencia-se a possibilidade de adaptação crítica de princípios teóricos à prática escolar, incluindo currículos contextualizados, promoção de habilidades práticas, valorização das línguas locais e engajamento comunitário. Conclui-se que a incorporação crítica das ideias de Nyerere pode contribuir para a construção de um sistema educativo mais emancipatório, culturalmente relevante e alinhado ao desenvolvimento social e económico de Moçambique.

## Palavras-chave

Educação Pós-Colonial, Julius Nyerere, Moçambique, Contextualização Educativa e Identidade Cultural.

## RETHINKING EDUCATION IN MOZAMBIQUE FROM POST-COLONIAL AFRICAN THEORIES: THE PERSPECTIVE OF JULIUS NYERERE (1967).

## ABSTRACT

This article examines the potential for rethinking education in Mozambique through post-colonial African theories, with particular reference to Julius Nyerere's (1967) proposal. It asks: *how can such theories be adapted to Mozambique's educational context to foster a contextualised, emancipatory and culturally relevant system?* The discussion addresses concepts such as contextualised pedagogy, the valorisation of local culture, school–community integration, and education for self-reliance, assessing their applicability to Mozambique's realities. Using a qualitative approach and drawing on theoretical and documentary sources, including Freire (2011), Mondlane (1995), and both classical and contemporary authors, the study identifies persistent structural challenges, such as Eurocentrism, resource scarcity, and inadequate teacher training. At the same time, it points to the critical adaptation of theoretical principles into practice, including contextualised curricula, the promotion of practical skills, the recognition of local languages, and stronger community engagement. The article concludes that a critical appropriation of Nyerere's ideas could help shape a more emancipatory and culturally relevant education system, aligned with Mozambique's social and economic development.

## Keywords

Post-colonial education; Julius Nyerere; Mozambique; contextualisation; cultural identity.

## 1. INTRODUÇÃO

A educação em Moçambique, desde a independência em 1975, tem sido marcada por um *modelo que privilegiava a assimilação cultural, a hierarquização dos saberes e a reprodução de estruturas de dominação*. O país enfrentou o desafio de construir um projecto educacional que reflectisse suas aspirações de liberdade, justiça social e desenvolvimento autêntico. No entanto, cinco décadas

<sup>1</sup> Mestrando em Políticas Públicas Educacionais pela Universidade Pedagógica de Maputo (UPM). Licenciado em Tradução de (Inglês-Português) pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Formado em Psicopedagogia & Metodologia de Ensino pelo Instituto de Psicologia (IP/UP e, também, em Teoria & Prática de Interpretação pelo Centro de Línguas (CL) da UEM. Email: [siragysitoe@gmail.com](mailto:siragysitoe@gmail.com). Maputo- Moçambique.

depois, o sistema educativo ainda luta contra heranças coloniais que se manifestam em currículos desconectados da realidade local e uma pedagogia que, em muitos casos, continua autoritária e excludente.

Esse estudo tem como objectivo analisar a possibilidade de repensar a educação em Moçambique, principalmente as políticas educacionais, a partir das teorias africanas pós-coloniais proposta pelo Julius Nyerere (1967), e parte do pressuposto de que a educação em Moçambique, desde a independência, tem enfrentado um duplo desafio: *superar os resquícios do sistema colonial e responder às exigências de um mundo globalizado*.

Apesar dos avanços em termos de acesso escolar, persistem dilemas relacionados à qualidade do ensino, à pertinência curricular e à construção de uma educação que dialogue com a identidade cultural e histórica do país. Nesse contexto, torna-se relevante revisitar as teorias africanas pós-coloniais, que buscaram repensar a educação como instrumento de emancipação social e fortalecimento da identidade cultural. Entre os pensadores africanos que se destacam nesse debate, Julius Kambarage Nyerere, ocupa lugar central. Sua teoria em *Education For Self-Reliance*<sup>2</sup> propõe uma educação vinculada ao trabalho, à comunidade e à formação de cidadãos críticos e autônomos. Embora formulada no contexto tanzaniano, essa proposta continua a suscitar reflexões em países como Moçambique, cuja história educacional também foi marcada pela colonização e por políticas externas.

Diante desse cenário, a pergunta de partida deste artigo é: *Como as teorias africanas pós-coloniais, em particular a proposta de Julius Nyerere, podem ser adaptadas à realidade educacional de Moçambique para promover uma educação contextualizada, emancipatória e culturalmente relevante?*

Para operacionalizar este objectivo, vamos propor diretrizes para a adaptação crítica da teoria de Nyerere à realidade educacional moçambicana, promovendo inovação pedagógica e desenvolvimento social. O estudo adopta uma abordagem teórico-crítica, baseada em revisão bibliográfica e análise das políticas educacionais nacionais, visando contribuir para o debate sobre a descolonização da educação e a construção de um sistema educativo mais justo e relevante para Moçambique.

Segundo Mondlane (1995), sobre a educação colonial, sustenta que,

a finalidade do ensino rudimentar, era conduzir gradualmente o indígena duma vida de selvajaria à uma vida civilizada. Essa educação tinha a intenção de doutrinar os filhos dos nativos moçambicanos negros, assegurando assim uma população dócil e leal a Portugal.

---

<sup>2</sup> O texto critica os modelos coloniais de ensino, centrados na reprodução de valores europeus e na formação de elites desligadas da realidade local, e propõe um sistema educativo que valorize a cultura, a cooperação e a dignidade humana, em estreita ligação com as necessidades sociais e produtivas das comunidades africanas.

Diante disso, Mondlane assegura como uma das formas de combater o colonialismo e lutar para a nossa liberdade é preciso, em primeiro lugar, treinar quadros em todos os níveis e em todas as disciplinas; em seguida, precisa elevar o nível de educação extremamente baixo da população em geral, combater o analfabetismo e a ignorância. Para tal, deve-se trabalhar com o que existe de conhecimento produzido e desenvolver-se a teoria e o sistema à medida que o trabalho teórico e prático avança.

Essa ideia, mostra que Mondlane tinha uma abertura a recepção de várias experiências trazidas por outras culturas; podia se aprender com outras culturas incluindo a europeia, mas não se podia enxertá-las directamente na nossa. Devia se olhar para a parte positiva que elas tinham e analisar-se o seu acolhimento ou não tendo como base a cultura moçambicana.

Freire (2011), em concordância com o pensamento de Mondlane, afirma que o objectivo da educação colonial era “desafricanizar”. Esse projecto de nacionalização dos africanos tinha a verdadeira intenção de “transformar” os povos destes países em portugueses o que resultaria, consequentemente, que deixavam de ser africanos. Nesse sentido, a educação colonial não tinha objectivo de emancipar o sujeito colonizado, mas sim mantê-lo submisso e dependente do colonizador. Ademais, ela não buscava o desenvolvimento crítico do colonizado, mas sim a sua adaptação a uma ordem imposta, impunha a cultura e a língua do colonizador como superiores, desvalorizando os saberes locais. Freire resume isso ao afirmar que *a educação colonial não educava para a liberdade, mas para a dependência, reforçando uma “consciência dominada” em vez de fomentar a consciência crítica (ou conscientização).*

Por fim, mas não menos importante, o estudo resulta de uma reflexão académica desenvolvida na Disciplina de Teoria de Educação, no contexto do curso de Mestrado em Políticas Públicas Educacionais<sup>3</sup>, mas também das vivências como um cidadão moçambicano comprometido com a transformação social através da educação na tentativa de contribuir para o debate sobre os caminhos possíveis de promover uma educação contextualizada, emancipatória e culturalmente relevante.

## 2. CONTEXTO DA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE E NO PENSAMENTO DE NYERERE

Moçambique ascendeu à sua independência nacional há cinquenta anos. Ao longo desse período muitas foram as transformações ocorridas no país, com destaque na área da educação. Nos últimos tempos, a educação moçambicana vive um momento de sérios problemas, desde as infra-estruturas precárias, corrupção, gestão danosa das escolas, inconsistências no currículo, formação/capacitação dos

---

<sup>3</sup> Este artigo foi elaborado no âmbito da Disciplina de Teoria de Educação no curso de Mestrado em Políticas Públicas Educacionais da Universidade Pedagógica de Maputo (UP), um programa que visa promover a análise crítica e a produção científica, formando profissionais capacitados para actuar na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas educacionais em Moçambique.

gestores escolares e pessoal não docente, formação de professores, o elevado rácio professor-aluno, para além da desmotivação da classe docente e não docente.

A história da educação no país é bastante desafiadora, embora tenha havido um grande investimento na educação por via da expansão da rede de escolas, institutos e universidades, da formação de professores, produção de material didáctico, etc. que resultaram na melhoria significativa das taxas de escolarização em todos os níveis ensino e na consequente diminuição do analfabetismo, persistem vários e complexos desafios.

A educação moçambicana apresenta um paradoxo característico das sociedades pós-coloniais africanas. Esse paradoxo está ligado às teorias decolonias que defendem: *“mesmo depois da independência política, muitos países continuam a seguir modelos europeus de pensar, ensinar, governar e viver, como se o modo europeu fosse o único certo”*. Essas teorias combatem essa lógica e propõem valorizar os saberes, culturas e práticas locais e defendem a reconstrução da identidade dos povos colonizados, com base na sua história, cultura, língua, espiritualidade e filosofia através de restituir a dignidade dos povos colonizados, reconhecendo seus saberes e modos de vida como legítimos e transformar a educação, tornando-a mais próxima da realidade dos alunos africanos, ou seja, valoriza múltiplas formas de conhecimento e não apenas a ciência ocidental.

## **2.1. A EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE NO PERÍODO COLONIAL**

Dum modo geral, a educação no contexto colonial, tinha o pretexto de pretender ser um processo de civilização dos povos colonizados, de modo que estes superassem os seus atrasos culturais e alcançassem o nível da alta cultura europeia. Entretanto, o mesmo modelo de educação chegou a ser interpretado pelos colonizados como um processo de alienação, que era a inculcação de crenças e de valores ocidentais mormente aos povos africanos.

Em Moçambique, repensar a educação no cenário colonial envolve analisar como as teorias educativas e políticas públicas se articulam para promover um sistema educacional mais equitativo e eficaz, considerando os legados da colonização e os desafios actuais. A educação na época colonial era marcada por desigualdades raciais e sociais, com acesso limitado à população negra e priorização de uma elite. O currículo e a estrutura do sistema educacional eram moldados pela metrópole portuguesa, com pouca atenção às realidades e necessidades locais (Mondlane, 1995).

O Governo Português procurou implantar nas suas colónias o sistema de assimilação que consistia em europeizar os povos dominados, desnaturalizando-os quer pela escola, quer através de outros meios de difusão e propaganda do seu aparelho ideológico. Os povos dominados que desejassem

tornar-se assimilados (civilizados), deveriam requerer a cidadania portuguesa, abandonando deste modo o seu *status* de indígena e diante do tribunal, o requerente deveria satisfazer as seguintes condições: dominar a língua portuguesa falada e escrita e, possuir uma estabilidade financeira.

No acto do juramento, deveria manifestar o desejo de abandonar os costumes nativos e viver à maneira europeia. Tendo adquirido o estatuto de assimilado português, o preto passava a usufruir de algumas regalias como: Ter direito a Bilhete de Identidade e a Passaporte; Os seus filhos poderiam frequentar a escola do Estado; Ter precedência sobre outros nativos; Ter direito a voto; Deixar de pagar imposto de Palhota passando a pagar o imposto de rendimento como qualquer outro europeu. Os colonialistas portugueses pensavam que inculcando nos nativos essa mentalidade de branco afastariam o seu posterior descontentamento, quando emergisse a consciência de liberdade, Chongo (2022).

Entretanto, pensamento pós-colonial africano emerge como resposta crítica às estruturas herdadas da colonização, questionando não apenas os modelos políticos e económicos impostos, mas também os sistemas de conhecimento e educação que sustentaram a dominação colonial. Para autores como Fanon (1968), a independência política não seria suficiente sem uma verdadeira libertação cultural e epistemológica. Da mesma forma, Machel (1974) enfatizava que a luta de libertação deveria ser também uma luta pela reapropriação da cultura e dos saberes africanos, como condição para a emancipação social.

Nesse sentido, as teorias africanas pós-coloniais problematizam a permanência de currículos eurocêntricos, que continuam a reproduzir hierarquias coloniais do saber, relegando as línguas, culturas e conhecimentos locais a uma posição secundária. Nyerere (1967) é um dos principais defensores da necessidade de descolonizar a mente, por meio de uma abordagem educacional que valoriza a cultura africana, promove a autossuficiência e prepara os cidadãos para contribuírem ativamente para a sociedade.

Nyerere critica os sistemas educacionais que replicam modelos eurocêntricos e propõe uma educação que seja prática, comunitária e voltada para as necessidades locais. Para ele,

a educação deve responder às necessidades do povo, principalmente no meio rural, e promover valores como cooperação, solidariedade e responsabilidade colectiva. Ademais, o ensino deve estar ligado à prática, ao trabalho comunitário e à vida real das pessoas.

Nesta perspectiva, entende-se que a escola deve formar cidadãos capazes de transformar a sociedade e não apenas buscar empregos urbanos, mas também preparar os cidadãos para a vida prática, o trabalho comunitário e a autossuficiência económica.

Aplicadas ao contexto educacional, essas teorias reforçam a ideia de que uma verdadeira transformação do ensino em África exige a construção de modelos pedagógicos enraizados na realidade local. Isso implica revalorizar os saberes comunitários, promover metodologias participativas e inserir as línguas africanas como veículos legítimos de conhecimento. Para países como Moçambique, cuja história educacional foi moldada tanto pela colonização portuguesa quanto pelas pressões contemporâneas de agências internacionais, as teorias pós-coloniais oferecem ferramentas analíticas para questionar os modelos importados e para propor alternativas que priorizem a autonomia cultural e social.

### 3. NYERERE E SUA TEORIA DE EDUCAÇÃO PARA A AUTOSSUFICIÊNCIA

As teorias da educação são ideias sistematizadas, que foram sendo adoptadas em determinadas circunstâncias, para o desenvolvimento de mudanças em prol da superação de determinados problemas na área da educação. Dito doutro modo, são referências, modelos, paradigmas ou filosofias que incitam mudanças e melhorias por terem sido marcantes e por serem relevantes na área da educação. Existem, portanto, diversas teorias da educação, sendo de fazer menção às que se enquadraram nas seguintes designações: *espiritualistas*, *personalistas*, *psicocognitivas*, *tecnológicas*, *sociocognitivas*, *sociais e académicas*. Para o estudo, escolhemos a teoria de Nyerere porque ele é um dos primeiros líderes africanos a formular uma teoria educativa própria, enraizada na realidade cultural, social e económica africana. A sua crítica à educação colonial em muito se aproxima da experiência de Moçambique, onde o sistema português também foi excludente, elitista e voltado para a dominação.

Sua teoria educacional, consolidada na obra *Education for Self-Reliance* (1967), surgiu para a superação da mentalidade que havia sido implantada ao povo tanzaniano pelo sistema colonial, sobre educação. Se, por um lado, o sistema colonial, que era alicerçado no neoliberalismo, dava primazia às liberdades individuais em prol do desenvolvimento do capitalismo, por outro lado, Julius Nyerere, cujo país acabava de ganhar a independência política, dava primazia a que o povo conquistasse as liberdades mentais. Essa teoria promovia um sentido de familiaridade (*Ujamaa*, em língua Suaíli), para que de forma unida e autoconfiante o povo pudesse fazer face aos desafios individuais, comunitários e nacionais, mas que também preparasse os cidadãos para a vida comunitária e o trabalho produtivo.

Para Nyerere (1967, p.1),

Os sistemas educacionais em diferentes tipos de sociedades ao redor do mundo têm sido, e continuam sendo, muito distintos em sua organização e em seu conteúdo. Eles são diferentes porque as sociedades que oferecem essa educação também são diferentes e porque a educação, seja ela formal ou informal, possui uma finalidade. Essa finalidade é transmitir de uma geração para outra a sabedoria e o conhecimento acumulados pela sociedade, bem como preparar os

Neste pensamento, Nyerere destaca que não existe um único modelo de educação universal, pois cada sociedade cria seu sistema educativo de acordo com sua cultura, história, valores e necessidades. A educação não é apenas instrução acadêmica, mas um meio de preservar o conhecimento acumulado e formar cidadãos capazes de contribuir para o futuro de sua comunidade. Assim, a função central da educação é garantir a continuidade e o desenvolvimento da sociedade, preparando os jovens tanto para manter quanto para transformar positivamente a realidade social onde vivem. Ou melhor, a escola deve formar cidadãos capazes de transformar a sociedade e não apenas buscar empregos urbanos.

Na verdade, a educação não deve ser vista apenas como um meio de transmissão formal/oficial de conhecimento, mas como um espaço de construção de identidades, valores e práticas que promovam a emancipação social e a participação activa na vida comunitária. Ela é, acima de tudo, um instrumento de formação humana e social.

Como diz, Brandão (2002),

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e- ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação.

Nyerere (1967, p.2), em concordância com Brandão (2002), sobre o objectivo prático da educação destaca que:

O fato de a África pré-colonial não possuir ‘escolas, exceto por breves períodos de iniciação em algumas tribos, não significava que as crianças não fossem educadas. Elas aprendiam vivendo e fazendo. [...]. Aprendiam a história da tribo e as relações desta com outras tribos e com os espíritos ouvindo as narrativas dos mais velhos. Por esses meios, e pelo costume da partilha ao qual os jovens eram ensinados a se conformar, os valores da sociedade eram transmitidos. A educação era, portanto, ‘informal’; todo adulto era professor em maior ou menor grau. Contudo, essa falta de formalidade não significava ausência de educação, nem diminuía sua importância para a sociedade (Livre tradução).

Percebe-se que, antes da colonização, a educação em África existia mesmo sem instituições formais como as escolas ocidentais. O processo educativo acontecia de forma integrada à vida comunitária, através da participação activa das crianças nas tarefas, rituais, actividades produtivas e tradições culturais. Esse aprendizado prático e vivencial transmitia valores, habilidades e conhecimentos essenciais para a sobrevivência e continuidade da comunidade.

Cada adulto tinha um papel de educador, de forma que a educação era um processo comunitário e contínuo, não limitado a uma instituição. Além disso, essa educação valorizava a identidade cultural, a história da tribo e as normas de convivência social, reforçando os valores comunitários. Embora fosse considerada “informal” na lógica ocidental, ela era relevante e eficaz, pois estava directamente vinculada

às necessidades concretas da vida social e à preservação da cultura. Entretanto, essa era a ideia central sobre a educação como instrumento de libertação porque o propósito principal da educação é a libertação do homem.

Portanto, a ausência de escolas não é ausência de educação, apenas revela um modelo diferente, mais ligado à experiência e à colectividade. A educação não deveria reproduzir a lógica elitista e individualista herdada do colonialismo, mas, ao contrário, deveria promover a solidariedade, a cooperação e a valorização da cultura africana.

O princípio central da *Educação para a Autossuficiência* reside na articulação entre escola e comunidade. Para Nyerere, a escola deveria funcionar como uma extensão da vida social, onde o aprendizado não se limitasse ao conhecimento teórico, mas fosse integrado ao trabalho agrícola, à produção e à resolução dos problemas cotidianos. Assim, formava-se um cidadão consciente do seu papel social, comprometido com o desenvolvimento coletivo e com a construção de uma nação independente. Esse modelo visava romper com a dependência externa e formar sujeitos capazes de contribuir para a autossustentação da Tanzânia recém-independente.

Outro elemento fundamental na proposta de Nyerere é a dimensão cultural. Ele defendia que a educação deveria valorizar a identidade africana, promovendo as línguas locais, os saberes tradicionais e a história do continente, em contraposição à alienação cultural fomentada pelo colonialismo. Ao mesmo tempo, sua teoria incorporava uma dimensão ética e política, entendendo a educação como instrumento de libertação e de construção da cidadania.

Contudo, a experiência prática da aplicação dessas ideias na Tanzânia também revelou limitações. A implementação de escolas comunitárias enfrentou dificuldades estruturais, como a escassez de recursos, a pressão de organismos internacionais por modelos de ensino ocidentais e a resistência de setores da sociedade à mudança de paradigma. Ainda assim, o legado de Nyerere permanece como uma das mais importantes contribuições africanas ao debate sobre a descolonização da educação, constituindo uma referência fundamental para países como Moçambique que buscam repensar os rumos do seu sistema educacional.

#### **4. RELEVÂNCIA DA TEORIA DE NYERERE PARA POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM MOÇAMBIQUE.**

Desde a independência em 1975, o país tem sido profundamente marcada por um processo de reconstrução e transformação do sistema herdado do colonialismo português. Durante o período colonial, a educação era restrita, elitista e orientada para atender aos interesses administrativos e

econômicos do colonizador, deixando a grande maioria da população sem acesso ao ensino formal. Com a independência, o novo governo socialista priorizou a expansão do acesso à educação como instrumento de emancipação social e construção da identidade nacional, promovendo políticas de alfabetização em massa e a criação de escolas primárias em áreas rurais (Machel apud Chongo, 2022).

No entanto, apesar dos avanços significativos em termos de cobertura escolar, o sistema educativo moçambicano enfrenta desafios estruturais que limitam a efectiva qualidade e pertinência do ensino. Entre os principais problemas destacam-se a insuficiência de recursos humanos qualificados, a carência de infraestrutura adequada, a escassez de materiais didáticos e a elevada taxa de abandono escolar, sobretudo em zonas rurais. Além disso, a herança colonial ainda influencia o currículo, que mantém uma forte orientação eurocêntrica, muitas vezes desconectada das realidades culturais, económicas e sociais das comunidades moçambicanas (Mondlane, 1995).

Outro desafio relevante é a influência de organismos internacionais, como o Banco Mundial e a UNESCO, na formulação de políticas educativas. Embora essas intervenções tenham contribuído para a expansão do sistema e melhoria de indicadores de acesso, elas muitas vezes reproduzem modelos de educação ocidentais que podem ser pouco pertinentes às necessidades locais, limitando a autonomia do país na definição de suas prioridades pedagógicas. Essa dependência estrutural evidencia a dificuldade de implementar uma educação que realmente incorpore valores africanos e objectivos de emancipação social.

Ao mesmo tempo, o contexto moçambicano apresenta oportunidades significativas para repensar a educação. O país possui uma riqueza cultural e linguística que poderia ser incorporada aos currículos, promovendo uma educação mais inclusiva e representativa da diversidade local. Projectos de educação comunitária e alfabetização de adultos mostram que iniciativas contextualizadas, que valorizam saberes locais e fortalecem a ligação entre escola e comunidade, tendem a gerar impactos mais sustentáveis na aprendizagem e na formação cidadã.

A realidade educacional moçambicana revela um cenário complexo, em que avanços e limitações coexistem. A experiência sugere que qualquer proposta de transformação do sistema educativo deve considerar tanto a herança histórica quanto as condições sociais e culturais contemporâneas. Nesse contexto, teorias educacionais africanas pós-coloniais, como a de Nyerere, oferecem importantes *insights* para repensar a educação em Moçambique, promovendo modelos mais participativos, contextualizados e culturalmente relevantes.

Portanto, a análise da educação em Moçambique à luz dessa teoria educacional de Nyerere permite identificar elementos teóricos e práticos que podem ser úteis para repensar o sistema educativo

do país, e apesar das diferenças históricas e contextuais, há princípios fundamentais que dialogam directamente com os desafios e possibilidades da realidade moçambicana contemporânea como por exemplo:

#### **4.1. Educação Contextualizada:**

Nossa educação deve inculcar um senso de compromisso com a comunidade como um todo e ajudar os alunos a aceitar os valores apropriados ao tipo de futuro que desejamos construir, e não aqueles adequados ao nosso passado colonial. (Nyerere, p. 7)

Neste ponto, Nyerere enfatiza que a educação deve reflectir os valores e necessidades da sociedade tanzaniana pós-colonial, em vez de perpetuar os valores impostos durante o período colonial. Assim como ele propunha, a educação moçambicana pode se beneficiar de uma maior integração entre ensino formal e actividades práticas voltadas para a comunidade, promovendo competências úteis para o desenvolvimento local. A valorização da educação como ferramenta de formação cidadã e de promoção da igualdade social é um ponto convergente, especialmente diante das persistentes desigualdades no acesso e na qualidade do ensino em Moçambique.

#### **4.2. Formação de Cidadãos Críticos:**

A educação oferecida deve, portanto, incentivar o desenvolvimento, em cada cidadão, de três aspectos: uma mente inquisitiva; a capacidade de aprender com o que os outros fazem, rejeitando ou adaptando aquilo que não se ajusta às suas próprias necessidades; e uma confiança fundamental em sua própria posição como membro livre e igual da sociedade, que valoriza os outros e é valorizado por eles pelo que faz, e não pelo que obtém.

Percebe-se que a educação deve promover o pensamento crítico, a capacidade de aprender com os outros e a confiança em si mesmo, capacitando os cidadãos a participar plenamente na sociedade e na valorização da cultura africana e da identidade nacional. Entretanto, Nyerere defendia a incorporação dos saberes locais e das línguas africanas, princípio que se alinha com a necessidade de descolonizar o currículo moçambicano e fortalecer a identidade cultural do país.

#### **4.3. Integração entre Educação e Desenvolvimento:**

Se utilizarmos esses recursos com um espírito de autossuficiência como base para o desenvolvimento, então avançaremos de forma lenta, mas segura. E esse será um progresso real, capaz de transformar a vida das massas, e não apenas de produzir vitrines espetaculares nas cidades, enquanto o restante do povo da Tanzânia continua vivendo na pobreza em que se encontra atualmente.

Nesse sentido, a educação deve estar ligada ao desenvolvimento económico e social do país, beneficiando a todos e não apenas uma elite. Esse pensamento dialoga directamente com a realidade moçambicana. No contexto colonial e pós-independência, Moçambique enfrentou a herança de uma economia dependente, estruturada para servir aos interesses externos, e de um sistema educativo que não preparava o povo para gerir os próprios recursos. A advertência de Nyerere sobre o perigo de criar

“vitrines espetaculares nas cidades” enquanto a maioria permanece na pobreza pode ser lida como crítica válida também para Moçambique, onde muitas vezes se priorizou a modernização urbana ou projectos pontuais de impacto visível, em detrimento de políticas que alcançassem as massas camponesas, base da sociedade. Assim, a proposta de Nyerere aponta para uma educação e um desenvolvimento enraizados na realidade local, capazes de gerar transformações graduais, mas consistentes, que beneficiem a maioria da população em vez de reproduzir desigualdades.

## 5. ANÁLISE DO QUADRO COMPARATIVO

| DIMENSÃO                         | TEORIA DE JULIUS NYERERE (TANZÂNIA)                                                 | EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE (REALIDADE ACTUAL)                                                       | POSSIBILIDADES DE ADAPTAÇÃO                                                           |
|----------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Finalidade da Educação</b>    | Educação para a autossuficiência, ligada ao desenvolvimento comunitário.            | Educação marcada por políticas externas ( <sup>4</sup> Banco Mundial, UNESCO) e foco no acesso. | Redefinir objectivos para alinhar educação ao desenvolvimento nacional e comunitário. |
| <b>Relação Escola–Comunidade</b> | Escola como extensão da comunidade, integrando saberes locais e trabalho produtivo. | Distanciamento entre escola e comunidade; currículo pouco enraizado na realidade local.         | Fortalecer a participação comunitária e inserir saberes locais nos currículos.        |
| <b>Trabalho e Aprendizagem</b>   | Educação unida ao trabalho produtivo, para formar cidadãos activos e responsáveis.  | Educação ainda muito teórica e academicista, com pouca ligação ao mercado e à vida prática.     | Integrar práticas produtivas e empreendedorismo no processo educativo.                |

<sup>4</sup> O Banco Mundial e a UNESCO desempenham um papel central na formulação e implementação das políticas educacionais em Moçambique, influenciando directamente a trajetória do sistema educacional do país. A partir de reformas estruturais e condicionantes financeiras, o BM tem moldado as diretrizes educacionais, promovendo uma agenda que, embora tenha gerado avanços como o aumento do acesso à educação, também tem suscitado preocupações sobre a qualidade do ensino e a equidade no sistema.

|                              |                                                                              |                                                                                     |                                                                             |
|------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|
| <b>Identidade e Cultura</b>  | Valorização da cultura africana e promoção da língua e identidade nacionais. | Currículo com forte influência eurocêntrica, pouca valorização das línguas locais.  | Reforçar ensino bilíngue e valorização da identidade cultural moçambicana.  |
| <b>Autonomia Educacional</b> | Rejeição da dependência de modelos externos e defesa de soluções africanas.  | Forte dependência de agências internacionais e políticas educacionais globalizadas. | Desenvolver políticas educacionais próprias com base nas realidades locais. |

Nesta sessão, vamos apresentar outros aspectos em forma de um quadro comparativo. Um lado, a partir do quadro, torna-se evidente que essa teoria oferece uma base teórica rica para repensar a educação moçambicana, especialmente no que se refere à valorização da cultura, à integração escola-comunidade e à promoção de competências para a vida prática. Ao mesmo tempo, os desafios estruturais e contextuais exigem uma adaptação crítica, que não copie o modelo tanzaniano, mas selecione e ajuste princípios relevantes para o contexto moçambicano. Essa análise reforça a necessidade de políticas educacionais que conciliem autonomia, pertinência cultural e desenvolvimento comunitário, oferecendo caminhos para uma educação mais emancipatória e contextualizada.

Por outro lado, a transposição directa da teoria de Nyerere para Moçambique pode enfrentar limitações como: a) *Diferenças contextuais*: O contexto tanzaniano da década de 1960 – 1970 difere significativamente do moçambicano actual, marcado por uma economia mais globalizada e desafios sociais distintos; b) *Recursos e infraestrutura*: A aplicação prática da proposta de Nyerere exige condições de infraestrutura, formação docente e suporte comunitário que muitas vezes estão ausentes em Moçambique; c) *Dependência de políticas externas*: A forte influência de organismos internacionais na educação moçambicana limita a autonomia necessária para implementar plenamente um modelo baseado na autossuficiência e na contextualização local.

Apesar das divergências, existem possibilidades concretas de adaptação crítica da teoria de Nyerere em Moçambique: a) *Reformulação curricular que integre saberes locais e actividades produtivas*; b) *Fortalecimento da participação comunitária nas escolas e nos processos de tomada de decisão educacional*; c) *Valorização das línguas nacionais como veículos de ensino e de expressão*

cultural; e d) *Alinhamento da educação formal com políticas de desenvolvimento local e promoção da cidadania activa.*

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta reflexão tinha como objectivo repensar a educação em Moçambique a partir das teorias africanas pós-coloniais, com ênfase na teoria educacional de Nyerere (1967). A análise revela que, embora a realidade moçambicana apresente desafios estruturais significativos como a herança colonial, a influência de políticas externas e a insuficiência de recursos, há elementos da proposta de Nyerere que permanecem extremamente relevantes, como: *A valorização da cultura africana, a integração entre escola e comunidade, a educação vinculada ao trabalho produtivo e a promoção da emancipação social constituem princípios que podem inspirar reformas curriculares e pedagógicas adaptadas ao contexto moçambicano.*

Ao mesmo tempo, a aplicação das ideias de Nyerere requer uma abordagem crítica e contextualizada. Não se trata de transpor mecanicamente um modelo elaborado para a Tanzânia da década de 1960 –1970, mas de reinterpretar seus conceitos à luz das condições sociais, econômicas e culturais actuais de Moçambique. Essa adaptação deve priorizar a autonomia do sistema educativo, fortalecendo a participação comunitária, valorizando os saberes e línguas locais, e articulando o ensino formal com a realidade prática e produtiva das comunidades.

Portanto, essa teoria e, mais amplamente, as teorias africanas pós-coloniais oferecem uma base teórica e prática para a construção de uma educação moçambicana mais justa, emancipatória e enraizada nas experiências e identidades locais. *Este estudo reforça a importância de se promover uma educação que não apenas amplie o acesso, mas que forme cidadãos críticos, conscientes e capazes de contribuir para o desenvolvimento social e cultural do país.*

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras explorem experiências práticas de implementação dessas ideias em contextos moçambicanos, permitindo avaliar impactos, desafios e potencialidades de uma educação verdadeiramente descolonizada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. *Constituição da República de Moçambique*, de 16 de novembro de 2004.  
BRANDÃO, Carlos. *A Educação Popular na Escola Brasileira*. Petrópolis RJ: Editora Vozes limitada, 2002.

- CHEMANE, Orlando Daniel. **Eduardo Mondlane, Panafricanismo e educação**, 2014. (Disponível em: <https://periodicos.uff.br/enfil/article/view/45759/26196>)
- CHONGO, Fernando Rafael. **Ensino primário e qualidade de serviços comunitários: a teoria de educação de Julius Nyerere vista a partir da realidade de Moçambique**. *Njinga & Sepé*: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.2, nº Especial II, p.307-328, 2022.
- DURLHEIM, E. **Educação e sociologia**. Rio de Janeiro. Editora vozes. 2011.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro. Editora civilização brasileira. 1968.
- FREIRE, **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2014.
- MONDLANE, E. **Lutar por Moçambique**. Maputo. Nosso chão. 1995
- NYERERE, J. K. **Education for Self-Reliance**. Dar es Salaam: Government Printer, 1967.